

Publicidade Legal



ANO 58 - Nº 20.265
25 DE FEVEREIRO DE 2022



**PÁGINA
CERTIFICADA**

O jornal Zero Hora confirma a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente em gzh.com.br/publicidadelegal

ANUNCIE AQUI

(51) 3213-9139 | CONTATO.COMERCIAL@GRUPORBS.COM.BR



Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

CNPJ/MF nº 32.161.500/0001-00

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Sobre a Companhia: 1.1. **Aos Acionistas:** Apresentamos a seguir, o relatório das principais atividades da Companhia, juntamente com as Demonstrações Financeiras, relativos ao período compreendido entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2021, acompanhados do Relatório dos auditores independentes. 1.2. **Apresentação:** A Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A., "CCR ViaSul" ou "Companhia", tem por objeto social específico e exclusivo, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço da rodovia BR-101/290/386/448/RS, no trecho da BR-101/RS, entre a divisa SC/RS até o entroncamento com a BR-290 (Osório); da BR-290/RS, no entroncamento com a BR-101(A) (Osório) até o km 98,1; da BR-386, no entroncamento com a BR-285/377(B) (para Passo Fundo) até o entroncamento com a BR-470/116(A) (Canoas); e da BR-448, no entroncamento com a BR-116/RS-118 até o entroncamento com a BR-290/116 (Porto Alegre), totalizando 473,4 quilômetros, nos termos do Contrato de Concessão celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), em decorrência do Leilão objeto do Edital de Concessão nº 01/2018 ("Contrato de Concessão"). O Sistema Rodoviário está inserido no Estado do Rio Grande do Sul passando por 36 cidades: Osório, Santo Antônio da Patrulha, Glorinha, Gravatá, Cachoeirinha, Porto Alegre, Esteio, Carazinho, Santo Antônio do Planalto, Victor Graef, Tio Hugo, Mormaço, Soledade, Fontoura Xavier, São José do Herval, Pouso Novo, Marques de Souza, Forquethina, Lajeado, Estrela, Bom Retiro do Sul, Fazenda Vila Nova, Paverama, Taquari, Tabai, Triunfo, Montenegro, Nova Santa Rita, Canoas, Sapucaia do Sul, Torres, Dom Pedro de Alcântara, Três Cachoeiras, Três Forquilhas, Terra de Areia e Maquiné. O Contrato de Concessão foi assinado em 11 de janeiro de 2019 e tem duração de 30 anos contados a partir da assunção da rodovia, que teve início em 15 de fevereiro de 2019. A Companhia de Participações em Concessões (CPC, empresa do Grupo CCR) foi a vencedora do leilão cujo critério de julgamento foi o maior desconto ofertado para a Tarifa Básica de Pedágio, respeitando-se a tarifa teto de R\$ 7,24 referenciada a julho /2018, cujo lance apresentado na proposta econômica foi de R\$ 4,30545 (deságio de 40,53%). As rodovias administradas pela Concessionária são de fundamental importância para o processo de desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul. 1.3. **Destaque de 2021:** Em função da pandemia da Covid-19, diversas medidas de restrição de circulação de pessoas e isolamento social foram impostas pelos governos estaduais e municipais, causando impacto na demanda, e consequentemente, nos resultados da Companhia em 2021. Apesar da crise econômica provocada pela pandemia da Covid-19, o EBITDA em 2021 cresceu 12,76% em relação a 2020, totalizando R\$ 239.742. Esse crescimento é explicado pela 2ª revisão ordinária e o reajuste da tarifa básica de pedágio e pelas flexibilizações concedidas pelos governos conforme aumento da população vacinada. Com o início da vacinação em janeiro de 2021, a Companhia doou R\$ 599 para o Instituto Butantan em março de 2021, visando apoio aos estudos e fabricação das vacinas. Após a conclusão das obras iniciais previstas no primeiro ano da concessão, em 2020, a Companhia seguiu 2021 com as implantações de três passarelas na BR 101, Km 03+900, Km 06 e Km 44+500, recuperação de obras de artes especiais, melhorias em dois acessos na BR-101 Km 12+170 e Km 13+300, além de implantações de cinco interconexões na BR-101 no Km 4+830, km 32+170, km 62+600, km 80+050 e km 83+590 e recuperação do pavimento em atendimento aos parâmetros contratuais estabelecidos no PER - Programa de Exploração da Rodovia. A Companhia iniciou, após o recebimento do licenciamento ambiental em 30 de junho, as obras de duplicação da BR-386/RS, no trecho entre Marques de Souza/RS e Lajeado/RS, entre os quilômetros 324+100 ao 344+400. Até o 18º ano da concessão, a Companhia duplicará 100% dos trechos, que atualmente não são duplicados entre os municípios de Carazinho/RS e Canoas/RS.

2. Desempenho Econômico-Financeiro: 2.1. **Receita e Mercado:** As tarifas de pedágio cobradas pela Companhia são definidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. No período de 15 de fevereiro de 2021 a 14 de fevereiro de 2022, o valor da Tarifa Básica de Pedágio - TBP determinada pelo referido órgão era de R\$ 4,70 (quatro reais e setenta centavos), conforme deliberação nº 104 de 26 de março de 2021. Em 2021, o total de veículos pedagiados foi de 50.680.333 ou 90.072.858 em veículos equivalentes bidirecionais nas 7 praças de pedágio. A receita operacional da companhia em 2021, considerando a Receita de Pedágio e a Receita de Construção, totalizou R\$ 708.850. 2.2. **Desempenhos:** As operações da Companhia tiveram início em 15 de fevereiro de 2019. Em 2020, ano de crise econômica mundial decorrente da pandemia do Covid-19, a Companhia passou a operar integralmente as sete praças de pedágio previstas no contrato de concessão. Em 2021 obteve um aumento no resultado de 8,49% no lucro líquido em relação a 2020.

Em R\$ mil	2021	2020	Var. %
Receita líquida	672.230	607.748	10,61%
Receita de pedágio	421.379	362.890	16,12%
Receita de construção (ICPC 01 R1)	287.245	276.159	4,01%
Outras receitas	226	64	253,13%
(-) Deduções da receita bruta	(36.620)	(31.365)	16,75%
(-) Custos e despesas (a)	(453.721)	(405.250)	11,96%
Custos de construção (ICPC 01 R1)	(287.245)	(276.159)	4,01%
Demais custos e despesas	(166.476)	(129.091)	28,96%
Resultado antes Resultado Financeiro	218.509	202.498	7,91%
(+/-) Resultado financeiro líquido	18.904	21.489	-12,03%
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	(59.945)	(60.412)	-0,77%
Lucro líquido	177.468	163.575	8,49%
(-) Resultado financeiro líquido	(18.904)	(21.489)	-12,03%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	59.945	60.412	-0,77%
EBIT (b)	218.509	202.498	7,91%
Margem EBIT	32,51%	33,32%	-2,44%
Margem EBIT ajustada (b)	59,17%	61,07%	-3,11%
(+) Depreciação/amortização	21.233	10.106	110,10%
EBITDA (c)	239.742	212.604	12,76%
Margem EBITDA	35,7%	35,0%	1,95%
Margem EBITDA ajustada (c)	64,7%	64,1%	0,89%
Investimentos (d)	(338.985)	(313.117)	8,26%
Veículos equivalentes (em milhares)	90.073	79.574	13,19%

(a) Custos totais: custos dos serviços prestados acrescidos das despesas gerais e administrativas. (b) A margem EBIT ajustada foi calculada por meio da divisão do EBIT pelas Receitas Líquidas excluindo-se a receita de construção. (c) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção. (d) Os valores dos investimentos correspondem ao desembolso de caixa para o período ocorrido em 2021, diferente dos investimentos apresentados nos demais quadros, que correspondem ao período de competência da realização das obras. 2.2.1. **Receita operacional:** A receita de pedágio em 2021 totalizou R\$ 421.379, um crescimento de 16,12% em relação a 2020, incremento da receita devido ao reajuste da tarifa básica de pedágio ocorrido em março de 2021. 2.2.2. **Custos e despesas totais:** Os custos totais em 2021 foram de R\$ 453.721, dos quais R\$ 166.476 são custos operacionais e R\$ 287.245 são custos de construção. Os principais custos de construção são as obras de serviços de recuperação de pavimento, duplicação da BR-386, implantação dos postos de fiscalização na BR-386 e BR 101, passarelas e dispositivos de segurança, conforme estabelecido no PER - Programa de Exploração da Rodovia. 2.2.3. **Investimentos:** Em 2021, os investimentos realizados totalizaram R\$ 338.985 um aumento de 8,26% em relação a 2020. Destacamos a finalização da implantação de cinco interconexões, localizadas na BR-290/RS no km 32, km 62, km 83, km 4,9 e km 80 iniciadas no ano de 2020, implantação de quatro Passarelas localizadas na BR-101/RS Km 3,9, 6,0 e 45 também iniciadas no ano de 2020. Ainda foram implantadas duas vias locais na BR-386/RS km 426 e km 374, duas melhorias de acesso na BR-101/RS km 11,9 e 13,3, uma passagem inferior no km 85 da BR-290/RS. Encontram-se em andamento as obras de ampliação de capacidade da rodovia com a duplicação da BR-386/RS entre km 325 e km 345, que terá sua conclusão no ano de 2023, as obras de três passarelas na BR-101/RS no km 9, km 62 e km 78 com finalização prevista para fevereiro de 2022 e também as obras de implantação de quatro postos gerais de fiscalização localizados no km 41 e km 49 da BR-101/RS e km 262 e km 407 da BR-386/RS, a serem finalizados em fevereiro de 2022.

Investimentos	2021	2020
Praças de Pedágio/Bases/SAU's	12.397	88.967
Serviços no Pavimento	129.959	107.205
Cadastramentos Iniciais da Rodovia	0	472
Sinalização e Elementos de Proteção e Segurança	9.050	7.442
Obras de Arte Especiais	11.500	3.415
Drenagem e Obra de Arte Corrente	1.595	1.926
Faixa de Domínio	626	1.654
Obras de Ampliação de Capacidade	508	4.624
Obras de Implantação de vias e Interseção e Outros	104.025	58.748
Sistemas e Outros Imobilizados	47.020	27.716
Total	316.681	302.169

Os investimentos descritos acima são valores contábeis, históricos, registrados no momento de competência de cada período. 2.2.4. **Captações de Recursos:** Em dezembro de 2019, a Companhia assinou um contrato de financiamento junto ao BNDES no montante de R\$ 1.235.198 a ser liberado em quatro subcréditos até 2032, a fim de viabilizar

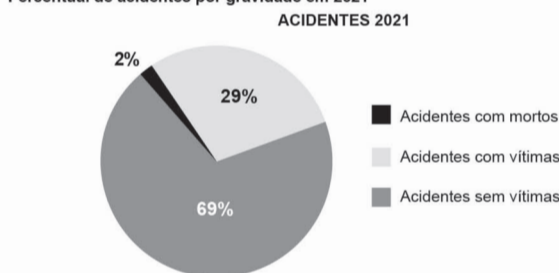
os investimentos de ampliação e obras de melhorias nas rodovias administradas pela Companhia e, aquisições de equipamentos para operação. Até 31 de dezembro de 2021, a Companhia não recebeu nenhum montante do BNDES, utilizando recursos próprios para fazer os investimentos até o momento. 2.2.5. **Valor Adicionado:** O valor adicionado líquido a distribuir gerado como riqueza pela Companhia em 2021 foi de R\$ 291.620 e em 2020 foi de R\$ 266.734, representando 43,38% e 43,89% da receita operacional líquida, respectivamente. 2.2.6. **Dividendos:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o Lucro Líquido do Exercício, ajustado de conformidade com a legislação societária vigente. Os dividendos ainda sujeitos as determinações da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). Em 26 de outubro, conforme aprovado em RCA, foram distribuídos dividendos intermediários no valor de R\$ 72.165 referente aos lucros apurados entre 01 de janeiro e 30 de setembro de 2021. Em 25 de novembro, foram pagos juros sobre capital próprio no valor bruto de R\$ 46.011 referente ao resultado pro rata die de movimentações ocorridas até 31 de outubro de 2021. Em 16 de dezembro, foram pagos juros sobre capital próprio no valor bruto de R\$ 10.398 referente ao resultado pro rata die de 01 de outubro a 16 de dezembro de 2021. 2.2.7. **Planejamento Empresarial:** A Companhia acredita no potencial da região em que está inserida, caracterizada como uma das áreas economicamente mais relevantes do Brasil, sendo que sua riqueza é baseada em diversos setores da economia como indústria automotiva, agropecuária e construção civil. O planejamento empresarial tem se mostrado eficaz ao mapear os objetivos estratégicos e permitir a adaptabilidade e resiliência no enfrentamento de diversos desafios impostos pelas incertezas da pandemia do Covid-19, e na execução das tarefas que levam ao cumprimento dos resultados pactuados com os acionistas da Companhia. Utilizando a criatividade para superar as restrições impostas pela pandemia encontramos novas soluções que são tão eficientes quanto as práticas anteriores, permitindo um maior domínio de todo o processo de gestão empresarial, lapidando os processos e garantindo os resultados diante das adversidades. 2.2.8. **Gestão pela Qualidade Total:** Com o compromisso de buscar a melhoria contínua de todos os seus processos, a Companhia realizou em 2021 a 1ª auditoria de manutenção das certificações ISO 9001 - Gestão da Qualidade, 14.001 - Gestão de Meio Ambiente e 39.001 - Gestão de Segurança Viária. 2.2.9. **Recursos Humanos:** A Companhia acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a empresa desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção e desenvolvimento das pessoas, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável. Atualmente a Companhia emprega 691 pessoas de forma direta, das quais, 282 pessoas foram contratadas em 2021.

3. Indicadores Operacionais: 3.1. **Caracterização do Tráfego:** 3.1.1. **Volume:** No gráfico a seguir, é apresentado o Volume Diário Médio Equivalente mensal (VDM), que totalizou um Volume Diário Médio Equivalente Ano (VDMA) de 217.557. Variação mensal do volume no ano base:



3.2. **Segurança no Trânsito:** 3.2.1. **Acidentes:** Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no período em 2021.

Percentual de acidentes por gravidade em 2021



Percentual de acidentes por tipo em 2021



O gráfico demonstra o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia. Apesar do aumento em relação a 2020, podemos citar como destaque a redução do número de mortos em 2021 de 11% quando comparado a 2019.

3.4.5. **Tarifas:** A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em R\$ 4,70 em todas as praças, conforme tabela abaixo:

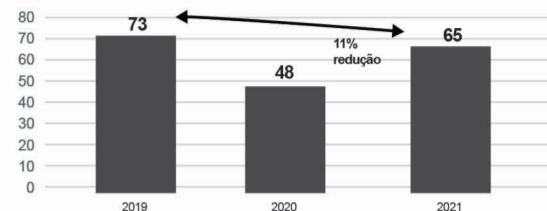
Praça de pedágio	Cobrança	Categoria de veículos												
		AUTO	4S	3S	2D	3D	4D	5D	6D	7D	8D	9D	10D	MOTO
Três Cachoeiras	4,70	1,00	2,00	1,50	2,00	3,00	4,00	5,00	6,00	7,00	8,00	9,00	10,00	0,50
Santo Antônio da Patrulha	4,70	4,70	9,40	7,05	9,40	14,10	18,80	23,50	28,20	32,90	37,60	42,30	47,00	2,35
Gravatá	4,70	4,70	9,40	7,05	9,40	14,10	18,80	23,50	28,20	32,90	37,60	42,30	47,00	2,35
Montenegro	4,70	4,70	9,40	7,05	9,40	14,10	18,80	23,50	28,20	32,90	37,60	42,30	47,00	2,35
Paverama	4,70	4,70	9,40	7,05	9,40	14,10	18,80	23,50	28,20	32,90	37,60	42,30	47,00	2,35
Fontoura Xavier	4,70	4,70	9,40	7,05	9,40	14,10	18,80	23,50	28,20	32,90	37,60	42,30	47,00	2,35
Vitor Graef	4,70	4,70	9,40	7,05	9,40	14,10	18,80	23,50	28,20	32,90	37,60	42,30	47,00	2,35

Concessionária em números

Extensão da rodovia	473,4	Quilômetros
Número de veículos que transitaram	50.680.333	
Veículos leves	37.126.462	(Leve, mais de dois eixos, mais de três eixos)
Motos	745.055	
Caminhões e ônibus	12.808.816	
Veículos isentos	791.659	
Número de praças de pedágios	7	
Tarifa	4,7	Informação detalhada no item 3.4.5
Número de quilômetros mantidos	473,4	Quilômetros por ano
Índice de congestionamento	N/A	Por velocidade média de veículos
Trânsito Médio Diário Equivalente	246.775	Volume do trânsito corrigido por fatores de tipo de veículo
Equipamentos utilizados pelo concessionário	101	Informação detalhada no item 3.3.1

Importante lembrar que em 2020 houve um "lockdown" devido a pandemia de covid-19 e isso contribuiu para abaixo número de acidentes neste ano.

NÚMERO DE MORTOS EM ACIDENTES



3.3. **Dados de Operação da Concessão:** 3.3.1. **Veículos Alocados:** Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Companhia na operação da concessão no último mês do ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados, a quantidade de veículos é dividida pela extensão (473,4 km) da via sob concessão e o resultado é multiplicado por 100.

Tipos de veículos alocados na concessão.

Tipo de Veículo	Quantidade	Qtde/100km
Viatura de inspeção	15	3
Guincho Leve	13	3
Guincho Pesado	4	1
Ambulância Tipo C	10	2
Ambulância Tipo D	4	1
Supervisão	3	1
Pipa	3	1
Munck	2	0
Caminhão Boiadeiro	3	1
Cesto Aéreo	1	0
Total de veículos operacionais	58	13
Administração	33	7
Pedágio	1	0
Segurança de trabalho	1	0
Manutenção	5	1
Faixa de domínio	3	1
Total de veículos de apoio	43	9
Total	101	22

No exercício de 2021, foram registrados 104.213 atendimentos ao usuário por meio do Sistema de Atendimento ao Usuário (disque CCR ViaSul), um aumento de 85 quando comparado a 2020. 3.3.2. **Funcionários Alocados:** São apresentadas na tabela as quantidades de funcionários diretos alocados pela Companhia na operação da concessão no último mês do ano-base. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados, é acrescida uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida e o resultado é multiplicado por 10.000.

Tipos de funcionários alocados na concessão

Funcionários	Qtd	Qtd/VDMA x 10.000
Diretoria	1	0,04
Gestor de Comunicação	1	0,04
Gestor de Atendimento	1	0,04
Gestor Administrativo Financeiro	1	0,04
Conservação	13	0,53
CCO	35	1,42
Engenharia	37	1,50
TI	28	1,13
Administrativo	55	2,23
Tráfego	114	4,62
Arrecadação	405	16,41
Total Geral	691	28,00

3.4. **Aspectos Financeiros:** Os demonstrativos financeiros anexos ao relatório dos nossos auditores, apresentam o desempenho financeiro da Companhia do último exercício comparado com o exercício anterior. Nos aspectos financeiros, apresentaremos os principais itens das demonstrações financeiras do exercício atual, em 2021, e o acumulado desde o início da concessão em 15 de fevereiro de 2019. 3.4.1. **Receita:** O valor correspondente à receita obtida com pedágios se refere à renda adquirida com os pedágios e com outras fontes de receitas, sejam elas complementares, extraordinárias, alternativas ou provenientes de projetos associados.

	Em 2021	Acumulado
Receitas de pedágio	421.379	944.417
Receitas acessórias	226	317
Total das receitas	421.605	944.734

3.4.2. **Investimentos:** As tabelas a seguir demonstram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais apresentados pela Concessionária no ano base, assim como os valores acumulados desde o início da concessão.

	Em 2021	Acumulado
Adição do intangível	294.857	831.996
Aquisição de imobilizado	21.824	114.950
Total dos investimentos	316.681	946.946

	Em 2021	Acumulado
3.4.3. Custos e Despesas Operacionais		
Custos Operacionais, exceto Custo de Construção	136.462	304.399
Despesas Operacionais	29.847	74.410
Total Custos e Despesas Operacionais	166.309	378.809

3.4.4. **ISS pagos:** A tabela mostra o valor total dos ISS pagos para as prefeituras no ano base.

	Em 2021	Acumulado
Pedágio	21.049	47.046
Acessória	10	14
ISS Total	21.059	47.060

em cada praça de pedágio, por categoria de veículo. Valor da tarifa por praça de pedágio

Dados anuais	VIASUL		Unidade de medida ou comentário
	BR-290/RS	BR-101/386/448/SC	
Índices de qualidade de estrada	VDR>=45 para		Microtextura (Valor de Resistência à Derrapagem)
	VDR>=47 para		
Receita de pedágio	HS > 0,50		

continuação		
Fator Trabalho		
Número de Trabalhadores	691	Por tipo de atividade e por categoria de trabalho
Operacional	616	
Administrativo	75	
Despesas de Pessoal	34.875	Por tipo de atividade e por categoria de trabalho
Operacional	26.532	
Administrativo	8.343	

Fatores Intermediários		
Despesas em Administração	10.105	Em valores monetários, exceto, despesas com pessoal e depreciação
Despesas em Manutenção	836	
Outras Despesas	6.984	

Seguridade	
Quantidade de Acidentes	2.854
Acidentes c/ vítimas feridas	816
Acidentes s/ vítimas	1.978
Acidentes c/ mortos	60
Vítimas feridas	1.145
Mortos	65

Indicadores		
Receita por veículo	R\$ 4,68	Considera receitas operacionais, exceto receita de construção.
Custo por veículo	R\$ 1,85	Considera custos e despesas operacionais, exceto custo de construção.

Balanco social			
	2021	2020	
Faturamento bruto	708.850	639.113	
Receita líquida (RL)	672.230	607.748	
Resultado operacional (RO)	218.509	202.498	
Folha de pagamento bruta (FPB)	40.661	31.910	
Folha de pagamento bruta - total remunerações			

Indicadores sociais internos				
	2021	2020	% Sobre FPB - 2021	% sobre RL - 2021
Alimentação	3.439	8.46%	0,51%	
Encargos sociais	9.667	23,77%	1,44%	
Previdência Privada	253	0,62%	0,04%	
Saude	3.013	7,41%	0,45%	
Capacitação e desenvolvimento profissional	352	0,87%	0,05%	
Creches ou auxilio creches	158	0,39%	0,02%	
Participação dos lucros ou resultados	3.099	7,62%	0,46%	
Outros	3.254	8,00%	0,48%	
Total - Indicadores Sociais Internos	23.235	72,81%	3,82%	

Indicadores sociais externos			
	2021	2020	RL - 2021
Tributos (exceto encargos sociais)	79.618	195,81%	11,84%
Total - Indicadores sociais externos	79.618	249,51%	13,10%

Indicadores ambientais			
	2021	2020	
Investimentos relacionados com a operação da Concessionária:	7.269	638	
Investimentos em programas e/ou projetos externos:	0	0	
Total de investimentos em meio ambiente	7.269	638	

Quando ao estabelecimento de metas anuais para minimizar () Não possui metas resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar () Cumpre de 0 a 50% a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária: () Cumpre de 50 a 75% (x) Cumpre de 75 a 100%

Indicadores do corpo funcional			
	2021	2020	
Nº de colaboradores ao final do período	691	706	
Tempo de serviço até seis meses	12%	21%	
de seis meses a um ano	29%	43%	
entre um e dois anos	57%	34%	
entre dois e cinco anos	0%	1%	
mais de cinco anos	2%	2%	
Nº de admissões durante o período	282	449	
Nº de demissões durante o período	397	294	
Nº de colaboradores terceirizados	169	165	
Nº de estagiários (as)	0	0	
Nº de colaboradores com até 18 anos	13	7	
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	223	239	

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. - CNPJ/MF nº 32.161.500/0001-00

Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	375	380
Nº de colaboradores acima de 45 anos	80	82
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	158	398
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	2	1%
Remuneração paga a mulheres no período	616	548
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	31	28
% de cargos gerenciais ocupados por negros	0	0
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	1	0
Total de horas extras trabalhadas	7.442	5.813
Total de INSS pagos	4.521	4.046
Total de FGTS pago	1.265	1.119
Total de ICMS recolhidos no período	0	0
Total de IR recolhido no período	46.610	43.566
Total de CSLL recolhido no período	17.608	15.722
Total de PIS recolhidos no período	2.743	2.361
Total de COFINS recolhidos no período	12.657	10.896
Total de outros tributos recolhidos no período	21.059	17.989

Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial **2021** **2020**
 Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária 1,5% 0,15%
 Número total de acidentes de trabalho 8 19

Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por: () direção (X) direção e gerencias () todos os colaboradores (X) direção e gerencias () todos os colaboradores () todos + CIPA

Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por: () não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT () direção () direção e gerencias (X) todos os colaboradores () direção e gerencias (X) todos os colaboradores () direção e gerencias (X) todos os colaboradores (X) todos os colaboradores

Quando à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos colaboradores, a Concessionária: () não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT () direção () direção e gerencias (X) todos os colaboradores () direção e gerencias (X) todos os colaboradores (X) todos os colaboradores (X) organiza e incentiva

A previdência privada contempla: () não são considerados () são sugeridos (X) são exigidos () não se envolve () apoia (X) organiza e incentiva

A participação nos lucros ou resultados contempla: () direção () direção e gerencias (X) todos os colaboradores () direção e gerencias (X) todos os colaboradores (X) todos os colaboradores (X) todos os colaboradores

Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária: () não são considerados () são sugeridos (X) são exigidos () não se envolve () apoia (X) organiza e incentiva

Quando à participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária: () não são considerados () são sugeridos (X) são exigidos () não se envolve () apoia (X) organiza e incentiva

	2021	2020
% de reclamações e críticas solucionadas:	100%	99%
Valor adicionado total a distribuir	313.674	288.587

	2021	2020
% governo	32%	33%
% acionistas	57%	56%
% colaboradores	10%	11%
% terceiros	1%	0%
% retido	0%	0%

4. Demais assuntos: 4.1. Governança Corporativa: A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva com poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o Estatuto Social. O Conselho de Administração é composto por três membros efetivos, dentre os quais um é eleito Presidente. Nossa Diretoria é composta atualmente por dois membros, um Diretor Presidente e um Diretor sem designação específica. Os membros do Conselho de Administração, dentre os quais o Presidente, são eleitos pelos nossos acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária para um mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Os membros de nosso Conselho de Administração também podem ser eleitos em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia. Compete à Diretoria Executiva a gestão dos negócios sociais, observadas as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração. **4.2. Sustentabilidade:** A sustentabilidade subsidiada pelos pilares ESG é um tema estratégico do Grupo CCR para impulsionar a geração de valor para seus acionistas, clientes, fornecedores, sociedade, colaboradores e todos os outros públicos de relacionamento. Nossa cultura de sustentabilidade permeia os negócios e é fortalecida por uma estrutura de gestão dedicada a avaliar e mitigar os riscos, potencializar as oportunidades a fim de ampliar os impactos positivos nos vieses ambientais, sociais e econômicos em nossas operações. Essa visão estratégica é assegurada por uma estrutura de governança para que a sustentabilidade ocorra de forma transversal em todo o Grupo CCR, desde o Conselho de Administração (CA) até as concessionárias que administram os ativos de infraestrutura. A atuação do Comitê de Riscos e Reputação, que assessora o CA, contribui para estabelecer

diretrizes que alinhem o desenvolvimento dos negócios às demandas e movimentos globais em prol do desenvolvimento sustentável, ao aprimoramento das relações com os stakeholders e à organização das doações e patrocínios a projetos socioambientais. A definição da estratégia corporativa de sustentabilidade do Grupo CCR é decidida de forma colegiada através da Diretoria Executiva, do Comitê de Gente e ESG e do Conselho de Administração da CCR. A Diretoria Executiva conta com um executivo responsável pela gestão do tema e uma equipe responsável por disseminar e internalizar os conceitos, práticas e estratégia para as divisões de negócio. A responsabilidade pelo planejamento e análise dos projetos socioambientais é do Instituto CCR, também responsável pela gestão do investimento socioambiental. Um sólido conjunto de políticas corporativas é a base para que a gestão da sustentabilidade esteja em linha com os objetivos estratégicos do Grupo CCR: • Código de Ética; • Política do Meio Ambiente; • Política de Mudanças Climáticas; • Política de Responsabilidade Social; • Política de Gerenciamento de Riscos; • Política da Empresa Limpa; Para conhecer essas e outras políticas do Grupo CCR, acesse seção de Governança através do endereço abaixo: www.ccr.com.br/pt. Visando a transparência de suas ações, anualmente, o Grupo CCR divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do seu Relatório Anual e de Sustentabilidade (RAS) de forma integrada, adotando a metodologia proposta pelo Comitê Internacional para Relatos Integrados (sigla em inglês, IIRC) e dos indicadores padronizados internacionalmente, propostos pela *Global Reporting Initiative* (GRI). Para ler edição mais recente do Relatório Anual e de Sustentabilidade acesse <http://www.grupoccr.com.br/sustentabilidade/relatorios>. **4.3. Iniciativas voluntárias:** O Grupo CCR participa voluntariamente de iniciativas externas capacitadas por instituições reconhecidas pelo esforço para a promoção do desenvolvimento sustentável. Os principais movimentos aos quais a Companhia adere são: • Pacto Global (Organização das Nações Unidas - ONU): iniciativa da ONU que dissemina 10 Princípios a serem seguidos por companhias que ambicionam agir com responsabilidade e sustentabilidade. • Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): plataforma da ONU que visa engajar governos, empresas, ONGs e cidadãos em prol do desenvolvimento sustentável. • *Carbon Disclosure Program* (CDP): coalizão internacional que fomenta a publicação de inventários de GEE (Gases do Efeito Estufa) e informações sobre a gestão das emissões para o público investidor. • *Global Reporting Initiative* (GRI): organização *multistakeholder* que desenvolveu as diretrizes mais aceitas internacionalmente para o relato da gestão de sustentabilidade corporativa. • Relato Integrado (IIRC): o principal objetivo desse *framework* é explicar para os stakeholders como a companhia gera valor ao longo do tempo, em diferentes tipos de capitais. **4.4. Instituto CCR:** O Instituto CCR, entidade sem fins lucrativos, criado em 2014 responsável por gerir o investimento social do Grupo CCR, proporcionando transformação com apoio a projetos via leis de incentivo, campanhas institucionais e programas proprietários. O foco do Instituto CCR é a inclusão social por meio de iniciativas de geração de renda, saúde, educação, cultura e esporte. Saiba mais em <http://www.institutoCCR.com.br>. **4.5. Destaques do exercício:** Como principal destaque temos o início das obras de duplicação da BR-386, no trecho entre Marquês de Souza e Lajeado, em julho. Trata-se da obra mais esperada em relação à infraestrutura rodoviária do Estado do Rio Grande do Sul, justamente por ser um dos mais importantes corredores da produção. No mesmo período, ainda, para promover tais intervenções e estreitar as relações com a comunidade, a Companhia iniciou os atendimentos do Centro de Atendimento à Comunidade Lindeira (CAL), recurso exclusivo da Companhia para atender o público lindeiro. Em 2021, a Companhia iniciou o uso das câmeras para monitoramento da rodovia, visando agilizar o atendimento aos usuários na rodovia e promovendo a segurança. Da mesma forma, foram inauguradas as novas passarelas na BR-101, bem como os novos acessos na Freeway. A Companhia completou 1 mil dias de Concessão com os seguintes marcos: 1 mil laçamentos da ponte do vão móvel, repasse de mais de R\$ 53 milhões em ISS aos municípios; e o marco de 200 mil atendimentos aos usuários das rodovias. **4.4. Considerações Finais:** **4.4.1. Auditores Independentes:** Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/03, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não contratou seus Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses. As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes. **4.4.2. Cláusula Compromissória:** A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante em seu Estatuto Social. **4.4.3. Declaração da Diretoria:** Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. ("KPMG") sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. **4.4.4. Agradecimentos:** Gostaríamos de expressar aos nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e a todos os colaboradores da Companhia. Porto Alegre, 24 de fevereiro de 2021. A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	220.486	170.870	Fornecedores	12	37.147	53.199
Aplicações financeiras	6	141.462	472.618	Fornecedores - partes relacionadas	9	1.017	1.109
Contas a receber	7	20.068	15.358	Imposto de renda e contribuição social		21.691	22.348
Contas a receber - partes relacionadas	9	386	897	Impostos e contribuições a recolher		5.976	5.818
Tributos a recuperar		5.041	4.671	Obrigações sociais e trabalhistas		7.862	5.159
Adiantamento a fornecedores		-	34	Obrigações com o poder concedente		978	935
Despesas antecipadas e outros		2.417	758	Passivo de arrendamento	13b	54	-
Total do ativo circulante		389.860	665.206	Outras contas a pagar		71	156
Não circulante				Total do passivo circulante		74.796	88.724
Realizável a longo prazo				Não circulante			
Impostos diferidos	8b	4.747	474	Fornecedores	12	8.485	-
Depósitos judiciais		450	2	Obrigações sociais e trabalhistas		543	5
		5.197	476	Provisão de manutenção	15	9.555	-
Imobilizado	10	114.950	93.126	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	14	75	-
Intangível	11	618.500	425.503	Passivo de arrendamento	13b	39	-
Infraestrutura em construção	11	213.496	111.636	Total do passivo não circulante		18.697	5
Direito de uso em arrendamento	13a	89	-	Patrimônio líquido			
Total do ativo não circulante		952.232	630.741	Capital social	16a	1.188.456	1.188.456
Total do ativo		1.342.092	1.295.947	Reservas de lucros	16	60.143	15.405
				Dividendo adicional proposto	16	-	3.357
				Total do patrimônio líquido		1.248.599	1.207.218
				Total do passivo e patrimônio líquido		1.342.092	1.295.947

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida		17	672.230
Custos dos serviços prestados			
Custo de construção		(287.245)	(276.159)
Serviços		(42.871)	(38.891)
Custo com pessoal		(26.532)	(23.316)
Custo com poder concedente		(11.669)	(11.167)
Materiais, equipamentos e veículos		(13.696)	(9.823)
Provisão de manutenção		(9.296)	-
Depreciação e amortização	10, 11 e 13a	(17.654)	(9.695)
Outros		(14.744)	(13.327)
Lucro bruto		248.523	225.370
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Despesas com pessoal		(8.343)	(8.594)
Serviços		(10.105)	(9.167)
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos		(1.344)	(1.473)
Materiais, equipamentos e veículos		(836)	(1.089)
Depreciação e amortização	10, 11 e 13a	(3.579)	(411)
Gastos com viagens e estadias		(109)	(153)
(Provisão) reversão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários		(75)	2
Lei Rouanet, Incentivos audiovisuais, esportivos e outros		(2.793)	(201)
Outros		(2.663)	(2.163)
Outros resultados operacionais		(167)	377
Resultado antes do resultado financeiro		218.509	202.498
Resultado financeiro	18	18.904	21.489
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		237.413	223.987
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	8a	(59.945)	(60.412)
Lucro líquido do exercício		177.468	163.575
Lucro líquido por ação - básico e diluído (em reais - R\$)	16f	0,14933	0,13764

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de Reais)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	177.468	163.575
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	177.468	163.575

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua

continuação

demonstrações financeiras. O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplan premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego entre outras. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil. **m) Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação. **n) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1):** A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização. **o) Arrendamento mercantil:** A IFRS 16 / CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. A companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor. A companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Os pagamentos do arrendamento incluem: (i) pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual, (iii) valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; (iv) o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e (v) pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso e é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. A companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. A Companhia não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento. **p) Informação por segmento:** A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas. A área geográfica de concessão da Companhia é dentro do estado do Rio Grande do Sul e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos). Nenhum cliente externo representa mais do que dez por cento das receitas totais da Companhia. **q) Demonstrações de valor adicionado:** A Companhia elaborou demonstrações de valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do valor adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme CPCs e aplicável às Companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional. **r) Adoção inicial de normas novas e alterações:** A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2021, as seguintes novas normas: As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2021, não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. **Reforma da taxa de juros de referência - Alterações ao CPC 48 (IFRS 9), CPC 08 (IAS 39), CPC 40 (IFRS 7), CPC 11 (IFRS 4) e CPC 06 (IFRS 16):** As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48 (IFRS 9), CPC 38 (IAS 39), CPC 40 (IFRS 7) e CPC 11 (IFRS 4) relacionados a mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros e contabilidade de hedge. **Arrendamentos - Alterações ao CPC 06 (R2) (IFRS 16):** Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos de arrendamento em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos. O expediente prático permite que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada à COVID-19 é uma modificação de arrendamento. O arrendatário que faz sua opção deverá contabilizar qualquer mudança nos pagamentos de arrendamento resultante da concessão de aluguel relacionada à COVID-19 aplicando a IFRS 16 como se fosse uma modificação de arrendamento. Este expediente é aplicável apenas a concessões de aluguel ocorrida como resultado direto da COVID-19 e apenas se todas as condições a seguir forem atendidas: a) A mudança nos pagamentos de arrendamento resulta na contraprestação revisada de arrendamento que é substancialmente a mesma que, ou menor que, a contraprestação de arrendamento imediatamente anterior à mudança; b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021 (uma concessão de aluguel atende essa condição se resultar em pagamentos de arrendamento menores em ou antes de 30 de junho de 2021); e c) Não há nenhuma mudança substantiva nos outros termos e condições do arrendamento. **s) Novas normas ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento (alteração ao CPC 06/IFRS 16); • Contratos Onerosos - Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37); • Revisão anual das normas de IFRS 2018 - 2020; • Imobilizado - Receitas antes do uso pretendido - alterações ao CPC 27 (IAS 16); • Referências à estrutura conceitual - alterações ao CPC 15 (IFRS 3); • Classificação do passivo em circulante ou não circulante - alterações ao CPC 26 (IAS 1); • IFRS 17 - Contratos de seguros; • Divulgação de políticas contábeis - alterações ao CPC 26 (IAS 1) e IFRS Practice Statement 2; • Definição de estimativas contábeis - alterações ao CPC 23 (IAS 8); e • Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32/IAS 12).

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. - CNPJ/MF nº 32.161.500/0001-00

3. Apresentação das demonstrações financeiras: Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC): As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. Em 24 de fevereiro de 2022, foi aprovada pela Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

2n Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)

8b Impostos diferidos

11 Intangível e infraestrutura em construção

14 Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários

19 Instrumentos financeiros

4. Determinação dos valores justos: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas aquele ativo ou passivo. • Caixa e bancos: Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata. • Aplicações financeiras: O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. • Passivos financeiros não derivativos: O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg). • Derivativos: As operações com instrumentos financeiros derivativos resumem-se a NDF (*non deliverable forward*), que visam à proteção contra riscos cambiais. NDF de moeda: Os valores justos dos contratos de derivativos são calculados projetando-se os fluxos de caixa futuros das operações, tomando como base cotações de mercado futuras obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg) adicionadas dos respectivos cupons, para a data de vencimento de cada uma das operações, e trazidos a valor presente por uma taxa livre de riscos na data de mensuração.

5. Gerenciamento de riscos financeiros: Visão geral: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e inflação; c) Risco de taxas de câmbio; d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez. A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. **a) Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, que potencialmente sujeita a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. **b) Risco de taxas de juros e inflação:** Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento das perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6, 9 e 19. **c) Risco de taxas de câmbio:** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A Companhia avalia permanentemente a

contratação de operações de hedge para mitigar esses riscos. **d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional do negócio, em condições de normalidade. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos
Fornecedores e outras contas a pagar	37.218	5.427	3.058
Fornecedores - partes relacionadas	1.017	-	-
Obrigações com o poder concedente	978	-	-
6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:			
Caixa e equivalentes de caixa:	2021	2020	
Caixa e bancos	4.903	4.999	
Aplicações financeiras			
Fundos de investimentos e CDB	215.583	165.871	
Total - Caixa e equivalentes de caixa	220.486	170.870	
Aplicações financeiras	2021	2020	

Aplicações financeiras

Fundos de investimentos e CDB

Total - Aplicações financeiras

141.462 472.618

141.462 472.618

As aplicações financeiras foram remuneradas, em média, à taxa de 103,87% do CDI, equivalente a 4,57% ao ano (100,62% do CDI, equivalente a 2,79% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2020).

7. Contas a receber:

Circulante

	2021	2020
Receitas acessórias (a)	65	12
Pedágio eletrônico (b)	20.003	15.346
	20.068	15.358
	2021	2020
	20.068	15.358
	20.068	15.358

(a) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas no contrato de concessão; e (b) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio.

8. Imposto de renda e contribuição social: a. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social - correntes e diferidos: A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	237.413	223.987
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(80.720)	(76.156)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(578)	(145)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	20	(541)
Juros sobre capital próprio	19.179	15.980
Incentivos relativos ao imposto de renda	2.130	426
Outros ajustes tributários	24	24
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(59.945)	(60.412)
Impostos correntes	(64.218)	(59.288)
Impostos diferidos	4.273	(1.124)
	(59.945)	(60.412)
	25.25%	26.97%

Alíquota efetiva do imposto

b. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	Saldo em 2021		
	Reconhecido no 2020 resultado	Valor líquido	Ativo fiscal diferido
Provisão para participação nos resultados (PLR)	88	843	931
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	-	25	25
Provisão de manutenção	-	3.247	3.247
Provisão para fornecedores	39	(38)	1
Despesas pré-operacionais	270	(86)	184
Arrendamento mercantil - CPC 06	-	1	1
Tributos com exigibilidade suspensa de pis e cofins	-	173	173
Outros	77	108	185
Impostos ativos antes da compensação	474	4.273	4.747
Imposto diferido líquido ativo	474	4.273	4.747
	Saldo em 2020		
	Reconhecido no 2019 resultado	Valor líquido	Ativo fiscal diferido
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.160	(1.072)	88
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	1	(1)	-
Amortização do custo de transação	(17)	17	-
Provisão para fornecedores	48	(9)	39
Despesas pré-operacionais	360	(90)	270
Outros	46	31	77
Imposto diferido líquido ativo	1.598	(1.124)	474

9. Partes relacionadas: Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2021 e 2020, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua Controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	Transações 2021		Saldos 2021	
	Despesas/custos com serviços prestados	Imobilizado/Intangível	Ativo	Passivo
Controladora (indireta)				
CCR	3.526 (a)	-	6 (d)	976 (a)
Outras partes relacionadas				
NovaDutra	-	34 (d)	-	-
RodoNorte	-	-	95 (d)	13 (d)
ViaOeste	-	-	-	2 (d)
CPC	2.269 (b)	4.711 (c)	-	-
Instituto CCR	387 (f)	-	-	-
ViaCosteira	4 (e)	-	282 (e)	12 (e)
Bloco Sul	-	-	3 (d)	14 (d)
Total	6.186	4.745	386	1.017
	Transações 2020		Saldos 2020	
	Despesas/custos com serviços prestados	Imobilizado/Intangível	Ativo	Passivo
Controladora (indireta)				
CCR	3.093 (a)	-	-	243 (a)
CPC	4.031 (b)	1.490 (c)	357 (d)	645 (b)(c)(d)
Outras partes relacionadas				
Cor	-	-	-	5 (d)
ViaOeste	-	-	-	1 (d)
RodoAnel Oeste	-	-	-	1 (d)
Instituto CCR	108 (e)	-	-	-
SPVias	-	-	180 (d)	1 (d)
Metró Bahia	-	-	18 (d)	10 (d)
MSVia	-	-	15 (d)	13 (d)
ViaMobilidade	-	-	15 (d)	1 (d)
CCR ViaCosteira	-	-	213 (d)	182 (d)
Infra. Latinoamericana SA	-	-	99 (d)	7 (d)
Total	7.232	1.490	897	1.109

	2021	2020
Remuneração: (f)		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	835	2.252
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado		
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	589	109
Complemento de PPR do ano anterior pago no ano	296	1.526
Previdência privada	46	34
Seguro de vida	2	2
	1.768	3.923

Saldos a pagar aos profissionais chave da Administração

	2021	2020
Remuneração dos administradores (f)	1.381	192

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 05 de abril de 2021, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 5.600, incluindo salário, benefícios, remuneração variável pagas no ano e contribuição para seguridade social. (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR - GBS (Global Business Services) cujo vencimento se dá no mês seguinte ao do faturamento; (b) Contrato de prestação exclusiva de serviços de

continuação		Efeito em R\$ no resultado				Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. - CNPJ/MF nº 32.161.500/0001-00			
Operação	Risco	Exposição em R\$ ⁽¹⁾	Cenário			25%	50%	21. Demonstrações dos fluxos de caixa:	
			provável	A	B			a. Reconciliação das atividades de financiamento:	
Aplicação financeira (Menkar II) ⁽³⁾	CDI ⁽²⁾	14.387	1.295	971	648			Operações com derivativos	Arrendamento
Aplicação financeira (CDB) ⁽³⁾	CDI ⁽²⁾	342.658	24.335	18.251	12.167			vativos a pagar	mercantil
Total do efeito de ganho ou (perda)		25.630	19.222	12.815				Total	
As taxas de juros consideradas foram⁽¹⁾:									
	CDI ⁽²⁾	9,1500%	6,8625%	4,5750%				Saldo Inicial	
Variáveis dos fluxos de caixa de financiamento									
Dividendos e JCP pagos									
Pagamento de principal e juros									
Liquidação de operações com derivativos									
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento									
Outras variações									
Resultado das operações com derivativos e valor justo									
Outras variações que não afetam o caixa									
Reversão do ajuste a valor presente									
Outras variações que não afetam caixa									
Total das outras variações									
Saldo Final									

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo. No item (2) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção da taxa do cenário provável; (2) Refere-se à taxa de 31/12/2021, divulgada pela B3; (3) O conceito aplicado para as aplicações financeiras consiste em se o CDI cair, há uma redução da receita financeira; e (4) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI).

20. Compromissos vinculados a contratos de concessão: Além dos pagamentos de verbas de fiscalização ao poder concedente, a Companhia assumiu compromissos de realizar novos investimentos, substancialmente representados por obras de ampliação, alargamento e recuperação das rodovias. Conforme orçamento de capital estabelecido entre a Companhia e o Poder Concedente, em 31 de dezembro de 2021 esses compromissos estavam estimados em R\$ 4.814.611 (R\$ 4.014.607 em 31 de dezembro de 2020). Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

b. Efeitos não caixa: Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	2021	2020
Fornecedores	6.810	72
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	6.810	72
Aquisição de ativo imobilizado	-	(65)
Adições ao ativo intangível	(6.810)	(7)
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	(6.810)	(72)

Composição do Conselho de Administração

Eduardo Siqueira Moraes Camargo - Presidente
Pedro Paulo Archer Sutter - Conselheiro
Roberto Penna Chaves Neto - Conselheiro

Composição da Diretoria

Fausto Camilotti - Diretor-Presidente
Eduardo Siqueira Moraes Camargo - Diretor
Guilherme Motta Gomes - Diretor

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti
CRC 1SP190868/O-0 S/RS

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos acionistas e Administradores da Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. Porto Alegre – RS

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principal assunto de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Capitalização de gastos relacionados aos ativos de concessão:** Veja as Notas 2 (f), 2(n) e 11 das demonstrações financeiras. **Principal assunto de auditoria** Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 308.920 referente a infraestrutura em construção que está sendo realizada na rodovia sob concessão. Conforme ICPC 01/OCPC 05 – Contratos de concessão, os gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura são reconhecidos como ativos uma vez que representam serviços de construção com potencial de geração de receitas adicionais enquanto que os gastos com manutenção da infraestrutura são reconhecidos como despesas quando incorridos uma vez que não representam potencial de geração de receita adicional. A administração da Companhia exerceu julgamentos para determinar quais os gastos que possuem potencial de geração de receitas adicionais e, conseqüentemente, são reconhecidos como ativos. Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido à natureza da política contábil relativa ao assunto e o julgamento realizado pela administração para aplicação dessa política contábil que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Avaliação do desenho dos controles internos chaves relacionados com a capitalização dos custos com a construção e melhoria da infraestrutura. - Testes documentais, em base amostral, dos gastos com a construção e melhoria da infraestrutura em construção, incluindo: a inspeção das medições, notas fiscais, comprovantes de pagamentos e contratos. - Avalia-

ção, em base amostral, da natureza dos gastos com a construção, melhoria e manutenção da infraestrutura, considerando os critérios e políticas contábeis para determinação se tais gastos são qualificáveis ou não para capitalização. - Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os gastos capitalizados com construção e melhoria da infraestrutura, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Se-

gurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 24 de fevereiro de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Wagner Bottino
Contador - CRC 1SP196907/O-7

ANUNCIE AQUI

(51) 3213-9139

CONTATO.COMERCIAL@GRUPORBS.COM.BR